



**Decisões e Resoluções aprovadas  
durante a 141ª Sessão do Conselho  
Internacional do Café**

**25 e 26 março 2026**

Abertura da 141ª sessão do Conselho .....	2
Item 1: Ordem do dia provisória .....	2
Item 2: Votos.....	3
Item 3: Acordo Internacional do Café de 2022 (AIC 2022).....	3
Item 4: Questões financeiras e administrativas.....	6
Item 5: Relatório sobre o trabalho da OIC e a situação do mercado .....	11
Item 6: Parcerias.....	15
Item 7: Relatório das reuniões dos comitês e outros órgãos .....	17
Item 8: Instalações .....	19
Item 9: Cargo de Diretor(a) Executivo(a) – Mandato 2027-2032 .....	31
Item 10: Titulares de cargos e comitês.....	38
Item 11: Credenciais.....	39
Item 12: Reuniões futuras.....	39
Item 13: Outros assuntos.....	40
Cerimônia de encerramento .....	40

**Abertura da 141ª sessão do Conselho**

1. O Sr. Michael Wheeler, da Papua Nova Guiné, presidiu a 141ª Sessão do Conselho Internacional do Café, realizada online nos dias 25 e 26 de março de 2026.
2. O Presidente do Conselho abriu a Sessão dando as boas-vindas e agradecendo a todos os Membros por sua presença. Em seu discurso<sup>1</sup>, ele expressou gratidão pelo privilégio de presidir a reunião, enfatizou a importância do diálogo aberto e construtivo e instou os delegados a trabalharem juntos de forma colaborativa para enfrentar os desafios e fortalecer a Organização Internacional do Café (OIC) e o setor cafeeiro global.
3. A delegada da Suíça ecoou as observações da Presidente do Conselho e afirmou o apoio de sua delegação.
4. Após o discurso de abertura do Presidente, a Diretora Executiva da OIC, Dra. Vanúsia Nogueira, proferiu seu discurso de abertura.
5. O delegado do Brasil agradeceu ao Presidente do Conselho e à Diretora Executiva por suas observações, endossadas totalmente por seu governo. Ele ecoou os comentários da Diretora Executiva sobre a importância da OIC e observou que seu trabalho permanecia de grande e crucial importância para o Brasil. Ele destacou que mais de 300.000 fazendas em todo o país estavam envolvidas na produção de café, o que proporcionava renda e gerava emprego para milhões de pessoas.
6. A Chefe de Operações informou ao Conselho que, em conformidade com o parágrafo 4 do Artigo 11 do Acordo de 2007, o quórum para a realização da 141ª Sessão do Conselho Internacional do Café havia sido alcançado.

**Item 1: Ordem do dia provisória**

- |  |
|--|
| 7. O Conselho aprovou a ordem do dia provisória contida no documento <a href="#">ICC-141-0 Rev. 2.</a> |
|--|

---

<sup>1</sup>Posteriormente publicado como documento [ICC-141-2.](#)

**Item 2: Votos****Item 2.1: Redistribuição de votos para a 141ª Sessão do Conselho para o ano cafeeiro de 2025/26**

8. A Chefe de Operações apresentou relatório sobre o documento [ICC-141-1](#) e as tabelas 1-4 nele contidas, mostrando a redistribuição de votos no Conselho para o ano cafeeiro de 2025/26 em 2 de março de 2026, que havia sido calculada com base na distribuição inicial de votos de acordo com o documento [ICC-140-3 Rev. 1](#) e de acordo com os Artigos 12 e 21 do Acordo Internacional do Café (AIC) de 2007. Ele também apresentou o Anexo I, contendo a situação dos pagamentos pendentes dos Membros em atraso em 2 de março de 2026.

9. O Conselho aprovou o documento [ICC-141-1](#) sobre a redistribuição de votos para a 141ª Sessão do Conselho para o ano cafeeiro de 2025/26.

**Item 3: Acordo Internacional do Café de 2022 (AIC 2022)****Item 3.1: Membros do AIC 2022**

10. O Presidente do Conselho instou todas as delegações a trabalharem em estreita colaboração com suas capitais e sedes relevantes para garantir que os processos para se tornarem Membros ocorressem da maneira mais tranquila possível, particularmente dada a sensibilidade e a duração dos procedimentos em muitos países.

11. A Diretora Executiva apresentou relatório sobre os Membros do AIC 2022, observando que a última atualização havia sido compartilhada com os delegados durante a sessão do Conselho realizada em San Pedro Sula. Desde outubro de 2025, dois países haviam cumprido as formalidades para se tornarem Membros do AIC 2022: a Costa do Marfim, que havia depositado seu instrumento de ratificação em fevereiro de 2026 ([DN-39/26/AIC 2022](#)), e o Vietnã, que havia apresentado seu instrumento de aprovação em março de 2026 ([DN-40/26/AIC 2022](#)). Ela informou que a participação dos Membros importadores permanecia em 15,2%, já que nenhum instrumento adicional havia sido

depositado desde outubro de 2025. Quanto aos Membros exportadores, os votos haviam chegado a 28,3% após as ratificações da Costa do Marfim e do Vietnã. Nesse sentido, a Diretora Executiva lembrou aos delegados que dois terços dos votos dos grupos dos exportadores e dos importadores eram necessários para a entrada em vigor do AIC 2022. Ela também observou que Angola havia concluído o processo de ratificação e apenas a assinatura e o depósito de seus instrumentos estavam pendentes. A Diretora Executiva compartilhou ainda que, em fevereiro de 2026, durante a 3ª Semana Africana do Café em Adis Abeba, a Secretaria havia organizado reuniões bilaterais com 11 Membros africanos para entender suas prioridades, explorar oportunidades de parceria e receber atualizações sobre o processo de ratificação do AIC 2022. Ela observou que vários países haviam relatado que seus processos de ratificação estavam quase completos, enquanto outros estavam progredindo internamente, com alguns atrasos devido a mudanças no governo. Ela concluiu agradecendo aos países que haviam se reunido com a Secretaria e reafirmou a disponibilidade da Organização em apoiar a agilização do cumprimento de todas as formalidades.

12. O delegado da União Europeia informou que o Conselho Europeu havia concedido aprovação política para a assinatura do AIC 2022 e que o processo para designar o signatário estava em andamento. Ele observou que a questão progredia e expressou esperança de que a ratificação e o depósito do instrumento relevante fossem concluídos até o final do ano.

13. A delegada da Suíça agradeceu à Secretaria pela atualização clara sobre o processo para se tornar Membro do AIC 2022 e saudou o progresso alcançado, felicitando os dois Membros que haviam concluído as suas formalidades. Ao mesmo tempo, ela expressou preocupação de que o progresso fosse mais lento do que o inicialmente esperado, particularmente à luz do fato de que o AIC 2007 não podia ser prorrogado indefinidamente. Ela instou todos os Membros restantes a concluir o processo de ratificação o mais rápido possível.

14. O Conselho tomou nota do relatório sobre os Membros do AIC 2022 apresentado pela Diretora Executiva.
--

**Item 3.2: Grupo de Trabalho para a Entrada em Vigor do AIC 2022 (GTEV)**

15. O Presidente do Conselho apresentou o item 3.2 e lembrou que ele havia deixado o cargo de Presidente do GTEV durante a 140ª Sessão do Conselho em San Pedro Sula, Honduras, a fim de assumir o cargo de Presidente do Conselho para o ano cafeeiro de 2025/26.

16. O Presidente do GTEV, Sr. Tom Fabozzi, da UE-Irlanda, informou que o grupo havia realizado sua 11ª reunião em 19 de fevereiro de 2026. Ele observou que haviam sido feitos progressos nos Termos de Referência (TdR) para o Comitê de Economia, enquanto as discussões sobre os TdR para a Junta de Membros Afiliados (JMA) haviam chegado a um impasse sobre a composição. Ele explicou que, dado esse progresso limitado na JMA, havia sido considerado útil que a Secretaria apresentasse alguns dos documentos pendentes para ajudar a avançar o trabalho em outras áreas, ao mesmo tempo em que os Membros continuavam com o processo de ratificação do AIC 2022. O Presidente do GTEV esclareceu que o GTEV havia revisado o documento proposto sobre fatores de conversão, que os Membros haviam buscado esclarecimentos sobre escopo, metodologia e implicações para práticas e contribuições estatísticas, e que as revisões propostas do Regulamento de Finanças e Disposições Financeiras (documento [ICC-102-8](#)) e do Estatuto e Regulamento do Pessoal (documento [ICC-119-17](#)) também haviam sido discutidos. Ele afirmou que trabalharia com a Secretaria para esclarecer quais documentos eram necessários para que o AIC 2022 entrasse em vigor e haviam sido aprovados para revisão e para fornecer mais detalhes sobre o mandato do GTEV. Ele concluiu dizendo que as discussões seriam retomadas na próxima reunião, planejada para a segunda quinzena de abril.

17. O delegado da União Europeia agradeceu ao Presidente anterior do GTEV pelo trabalho realizado durante seu mandato e expressou apreço ao atual presidente do GTEV por se voluntariar para assumir o cargo, enfatizando a importância de manter o ímpeto e continuar o trabalho em toda a documentação em preparação para a entrada em vigor do AIC 2022.

18. O delegado do Brasil parabenizou o Presidente do GTEV por seu relatório preciso e abrangente e enfatizou a importância do grupo, que proporcionava aos Membros a oportunidade de discutir questões cruciais para a entrada em vigor do AIC 2022. Ele

ressaltou a necessidade de todas as informações e documentação relevantes serem disponibilizadas com bastante antecedência, a fim de permitir discussões mais substantivas e produtivas. Referindo-se à 11ª reunião do GTEV, ele observou que a explicação fornecida para o item 3 da ordem do dia havia sido genérica, sem detalhar os tópicos específicos a serem abordados, e observou que a lista de documentos pendentes incluía questões altamente relevantes que não haviam sido previamente comunicadas ou disponibilizadas aos Membros. Ele acrescentou que, embora a proposta fosse principalmente informativa, o conhecimento prévio desses detalhes teria permitido que os Membros se preparassem adequadamente, inclusive para avaliar se era necessário um mandato específico para que o GTEV examinasse certas questões. O delegado do Brasil enfatizou que a observação se aplicava a todos os órgãos e comitês da OIC e indicou que a transparência contribuía para uma participação mais ampla e fortalecia a eficiência e a abertura dos processos da Organização. Ele concluiu afirmando que o trabalho da delegação brasileira tinha como objetivo garantir que a Organização realizasse seu trabalho de forma eficiente e transparente, com plena participação de todos os Membros, fortalecendo assim seu papel e representação dos interesses do setor cafeeiro global.

19. O Presidente do Conselho tomou nota do relatório do Presidente do GTEV, bem como dos comentários das delegações dos Membros, expressou seu apreço e ecoou muitos dos sentimentos transmitidos. Ele saudou a participação ativa do Brasil no grupo e incentivou outras delegações a se engajarem no trabalho do GTEV.

20. O Conselho tomou nota do relatório sobre o GTEV.
--

**Item 4: Questões financeiras e administrativas**

**Item 4.1: Comitê de Finanças e Administração**

21. O Presidente do Comitê de Finanças e Administração (CFA), Sr. Zoltan Agai, da União Europeia, apresentou relatório sobre as 66ª e 67ª reuniões do Comitê, realizadas em 3 e 20 de março de 2026, respectivamente.

22. O Presidente do CFA informou aos Membros que a Chefe de Finanças e Administração havia apresentado a situação financeira e um gráfico atualizado com os saldos de caixa reais no final de janeiro de 2026, que levavam em consideração todas as

despesas orçadas para cada mês até setembro de 2026. Embora o saldo de caixa tivesse sido considerado suficiente para financiar as operações da Organização até o final do ano cafeeiro em curso, os Membros foram assim mesmo incentivados a pagar suas contribuições prontamente. Ao abordar a questão das contribuições pendentes da Federação Russa, a Secretaria observou que havia recebido uma carta em fevereiro de 2026 indicando que não seria exigida da OIC uma licença do Escritório de Implementação de Sanções Financeiras (OFSI) para receber contribuições da Federação Russa. Conseqüentemente, a Secretaria havia se comunicado com a Rússia para iniciar a transferência de contribuições avaliadas para os anos cafeeiros de 2024/25 e 2025/26. A última atualização desde as reuniões do CFA foi que o pedido de pagamento estava agora com o Departamento do Tesouro do governo russo e o Banco ING.

23. O Conselho tomou nota do relatório do Presidente do CFA.

#### **Item 4.2: Relatório sobre a coleta de contribuições de Membros em atraso**

24. O Presidente do CFA observou que o Chefe de Finanças e Administração havia apresentado um relatório sobre a coleta de contribuições em atraso dos Membros (documento [FA-408/26 Rev. 1](#)), que mostrou que cerca de 76% das contribuições totais para o ano cafeeiro de 2025/26 tinham sido recebidas. Ele também informou ao Conselho que a Secretaria continuava a estabelecer contato regularmente com todos os Membros com contribuições pendentes de anos anteriores para incentivá-los a liquidar seus atrasos.

25. O delegado da Indonésia informou que o processo para o pagamento de suas contribuições para o ano cafeeiro de 2025/26 estava em andamento, reafirmou o compromisso do país de cumprir suas obrigações financeiras e expressou apreço pela paciência da Secretaria, lamentando qualquer impacto no fluxo de caixa da Organização.

26. O Conselho tomou nota do relatório sobre a coleta de contribuições de Membros em atraso pelo Presidente do CFA.

**Item 4.3: Contas Administrativas da Organização relativas ao exercício financeiro de 2024/25 e Relatório de Auditoria**

27. O Presidente do CFA apresentou o documento [FA-403/26 Rev. 1](#), contendo as Contas Administrativas da Organização relativas ao exercício de 2024/25 e o relatório de auditoria, observando que sua aprovação havia sido recomendada.

28. O delegado do Brasil agradeceu ao Presidente do CFA e parabenizou a Secretária por fornecer as informações e esclarecimentos solicitados por sua delegação durante as recentes reuniões do CFA e apoiou a aprovação do documento relevante.

29. O Conselho aprovou as Contas Administrativas da Organização para o exercício de 2024/25 e o Relatório de Auditoria contidos no documento [FA-403/26 Rev. 1](#).

**Item 4.4: Contas do Fundo Especial relativas ao exercício financeiro de 2024/25 e Relatório de Auditoria**

30. O Presidente do CFA informou aos Membros que o documento [FA-404/26 Rev. 1](#), contendo as Contas do Fundo Especial relativas ao exercício de 2024/25 e o relatório de auditoria, haviam sido recomendados para aprovação.

31. O Conselho aprovou as Contas do Fundo Especial relativas ao exercício de 2024/25 e o Relatório de Auditoria contidos no documento [FA-404/26 Rev. 1](#).

**Item 4.5: Escala de vencimentos e base para as contribuições ao Fundo de Previdência**

32. O Presidente do CFA informou aos Membros que o Comitê havia recomendado a escala de vencimentos e a base para as contribuições ao Fundo de Previdência, contidas no documento [FA-406/26 Rev. 2](#), para a aprovação do Conselho.

33. O delegado do Brasil observou que a Chefe de Finanças e Administração havia informado aos Membros que calcularia os ajustes referidos no documento relevante

retroativamente. Ele perguntou se essa era a prática padrão que também havia sido aplicada em anos anteriores e se o cálculo era sempre realizado retroativamente a partir de janeiro do ano atual. Ele solicitou ainda esclarecimentos sobre a fórmula específica utilizada, conforme apresentado nos documentos.

34. A Chefe de Finanças e Administração explicou que, após a aprovação da nova escala de vencimentos pelo Conselho, o ajuste retroativo seria aplicado a partir de janeiro de 2026, cobrindo o período até março, pois os salários de março haviam acabado de ser pagos. Ela observou que as contribuições ao Fundo de Previdência da OIC também seriam ajustadas retroativamente para fevereiro e março. Ela esclareceu que o cálculo envolvia a comparação de salários e contribuições ao Fundo de Previdência sob a nova escala com os da escala antiga e que as diferenças resultantes seriam ajustadas retroativamente. Ela acrescentou que essa havia sido a prática normal no passado.

35. O delegado da Indonésia informou que sua delegação havia examinado a atualização proposta para a escala de vencimentos e as contribuições ao Fundo de Previdência para o pessoal da Secretaria. Ele reconheceu a importância de uma remuneração justa e competitiva para manter uma força de trabalho motivada e afirmou que a Indonésia não se opunha às revisões, desde que elas não criassem tensão financeira adicional. Ele enfatizou a necessidade de prudência financeira contínua e expressou confiança de que a Secretaria monitoraria o impacto desses ajustes nos recursos da Organização.

36. A delegada da Suíça ecoou os comentários feitos pela Indonésia e observou que o quadro financeiro em que a Organização estava operando permanecia apertado e era improvável que mudasse no futuro próximo. Embora não se opusesse à adoção da escala de vencimentos atualizada, a Suíça enfatizou a necessidade de medidas de redução de custos e de eficiência sempre que possível, incluindo a reconsideração dos privilégios relacionados a viagens e a reavaliação das classificações de nível salarial, particularmente quando o pessoal da Secretaria saía. Ela reconheceu os esforços da Secretaria, como já refletidos no projeto de Orçamento Administrativo para o ano cafeeiro de 2026/27 ([FA-411/26](#)), e encorajou que fosse dada atenção contínua ao equilíbrio de custos e benefícios. A delegada da Suíça também se referiu à solicitação feita pelo CFA em 3 de março de 2026 para contas atualizadas do Fundo Fiduciário e agradeceu à Secretaria pelas informações adicionais fornecidas bilateralmente, ao

mesmo tempo em que lamentou que os documentos atualizados ainda não tivessem sido compartilhados com o Conselho. Ela enfatizou a importância da transparência, particularmente em relação ao financiamento de dois Oficiais Profissionais Júnior por um País-Membro, e respeitosamente instou a Secretaria a fornecer as informações solicitadas o mais rápido possível.

37. O delegado do Brasil endossou os comentários feitos pelos delegados da Indonésia e da Suíça sobre a necessidade contínua de reduzir as despesas. Ele lembrou que o Brasil havia destacado em várias reuniões que todo o sistema das Nações Unidas vinha passando por revisões de gastos por meio da Iniciativa ONU80, que a Organização Internacional do Café precisava levar em consideração e aplicar nos próximos anos ao realizar seu trabalho.

38. O Presidente do CFA agradeceu à Secretaria por seu trabalho, incluindo a preparação de documentos adicionais para uma segunda reunião. Ele também informou ao Conselho que, durante a 66ª reunião do CFA, uma apresentação havia sido feita pelo Sr. Stefano Gatti, Diretor Geral de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores da Itália, que descrevia uma oferta atualizada e concreta para sediar a OIC em Roma. Ele observou que, dada a importância e a sensibilidade do assunto, fora concordado levar a questão ao Conselho para discussão no item relevante da ordem do dia. Ele indicou ainda que os Membros também haviam levantado o fato de que o mandato da Diretora Executiva terminaria em abril do ano seguinte e que, portanto, essa questão também havia sido submetida ao Conselho para consideração.

39. O Presidente do Conselho tomou nota do relatório apresentado e indicou que os assuntos relativos às instalações e ao cargo de Diretor(a) Executivo(a) seriam discutidos nos itens relevantes da ordem do dia. Ele então agradeceu ao Presidente do CFA por seu relatório, elogiou o trabalho eficiente do Comitê sob sua liderança e expressou seu apreço pelos esforços realizados.

40. O Conselho aprovou a escala de vencimentos e a base para contribuições ao Fundo de Previdência contidas no documento <a href="#">FA-406/26 Rev. 2</a> .
---

**Item 5: Relatório sobre o trabalho da OIC e a situação do mercado**

41. A Diretora Executiva iniciou seu relatório fornecendo insights sobre as tendências mais recentes do mercado. Ela informou que os preços globais do café haviam atingido um pico nominal histórico em fevereiro de 2025 antes de declinar para níveis mais baixos até março de 2026, refletindo uma tendência de queda ao longo do ano passado, apesar dos períodos de volatilidade impulsionados por eventos geopolíticos, incluindo medidas comerciais e incertezas regulatórias. Ela observou que o aumento anterior dos preços havia sido sustentado por déficits globais consecutivos de oferta de 2019/20 a 2023/24, que haviam incentivado o aumento do investimento em insumos, mão de obra e expansão de área, resultando em um aumento significativo da produção e um retorno a um modesto superávit global em 2024/25. A expansão, liderada pelos principais países produtores, como Colômbia, Etiópia, Indonésia e Vietnã, juntamente com um forte desempenho das exportações nos primeiros meses de 2025/26, deveria resultar em mais um superávit de oferta, exercendo assim uma pressão descendente contínua sobre os preços. Ao mesmo tempo, ela observou que a demanda havia permanecido relativamente estável, com os consumidores ajustando os padrões de consumo em vez de reduzir o consumo geral. Ela enfatizou, no entanto, que os níveis de estoque relativamente baixos nos principais mercados consumidores haviam ajudado a limitar a extensão da queda dos preços, embora parecesse que os estoques tivessem atingido um piso e estivessem começando a se recuperar gradualmente.

42. Com referência ao progresso no âmbito da Meta Estratégica I da OIC, a Diretora Executiva observou a distribuição contínua dos principais produtos estatísticos, aumento de assinaturas e receita e engajamento positivo dos usuários, juntamente com o progresso na implementação das atividades planejadas para 2025/26. Ela destacou os esforços para melhorar a acessibilidade por meio de publicações simplificadas, disseminação expandida do preço indicativo composto da OIC (PIC-O) e desenvolvimento de ferramentas mais fáceis de usar, bem como apoio aos Membros por meio de Comunidades de Prática, consultas bilaterais e iniciativas de automação de dados. Embora uma recente pesquisa de satisfação tivesse indicado um feedback geralmente positivo, a Diretora Executiva observou áreas de melhoria, particularmente na acessibilidade do banco de dados, e acrescentou que haviam sido observados progressos iniciais na pontualidade e cobertura dos dados.

43. Com referência às Metas Estratégicas II e III, a Diretora Executiva apresentou relatório sobre as atividades em andamento dentro da Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC) e destacou os esforços para fortalecer a renda dos agricultores, promover a agricultura regenerativa e aprimorar a mecanização. O avanço dos Grupos de Trabalho Técnicos (GTTs) da FTPPC incluiu o compartilhamento do Guia do Processo de Renda Digna (GTT1); o desenvolvimento da ferramenta-piloto “Proxy para custos de produção e renda real” em El Salvador, Ruanda e Sudeste Asiático (GTT2); e o apoio aos Membros no cumprimento do Regulamento da União Europeia sobre Produtos Livres de Desmatamento (EUDR) e outras questões regulatórias (GTT3) em colaboração com parceiros técnicos e financeiros. Outras iniciativas incluíram programas de treinamento em parceria com o Centro de Comércio Internacional (ITC) e a Associação de Cafés Especiais (SCA), atividades com o Centro de Economia Circular do Café (C4CEC), atualizações no Banco de Dados de Apoio à Sustentabilidade do Café e discussões sobre definições de cafés especiais, entre outros.

44. A Diretora Executiva informou ainda que a Assembleia Geral da ONU havia reconhecido oficialmente o dia 1º de outubro como o Dia Internacional do Café (DIC) por meio da resolução [A/RES/80/248](#), após uma proposta do Brasil adotada com amplo apoio. Ela observou que a designação estava alinhada com as disposições do AIC 2007 sobre a promoção do consumo, qualidade e desenvolvimento do mercado de café, e lembrou que o DIC havia sido lançado pela primeira vez pela OIC em 2015 na EXPO Milano. Ela enfatizou que o reconhecimento da ONU havia fortalecido a visibilidade global do setor e a conscientização sobre sua importância social, econômica e cultural, e agradeceu ao Brasil, à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a todos os Membros da OIC que haviam contribuído para alcançar o marco. Quanto à campanha do DIC de 2025, ela observou que os materiais preparados, incluindo um vídeo oficial em quatro idiomas, haviam sido amplamente compartilhados, atingindo 18 milhões de usuários e aumentando o engajamento nas mídias sociais em 90% em outubro de 2025. O site dedicado ganhou mais de 9.000 novos usuários, enquanto a atividade nas redes sociais cresceu organicamente por meio de postagens mais frequentes e cobertura mais rápida dos eventos. Ela acrescentou que a campanha de 2026, “O café é parte da solução”, havia sido lançada para mostrar as contribuições do setor para os desafios globais, com Membros e parceiros convidados a contribuir com suas iniciativas.

45. Por fim, a Diretora Executiva informou que seis relatórios de missão já haviam sido distribuídos aos Membros para o ano cafeeiro de 2025/26 e destacou as atividades realizadas em San Pedro Sula durante a 140ª Sessão do Conselho, expressando gratidão pela hospitalidade excepcional e apoio fornecido pelo Governo de Honduras. Ela acrescentou que os relatórios de cinco missões mais recentes seriam devidamente enviados aos Membros.

46. A delegada da Suíça agradeceu à Diretora Executiva por seu relatório abrangente sobre o mercado de café, observando sua utilidade, e expressou seu apreço pelo relato detalhado das atividades realizadas pela Diretora Executiva e pela Secretaria, bem como por suas visitas aos Membros produtores e importadores. Ela expressou especial apreço pelo trabalho em estatísticas e novas fontes de renda e destacou o valioso apoio prestado aos Membros na navegação do ambiente político. Ela também parabenizou a Diretora Executiva pelo reconhecimento do DIC pela Assembleia Geral da ONU, agradeceu à delegação brasileira por sua iniciativa e expressou seu entusiasmo de celebrar o primeiro DIC oficial da ONU na Suíça no âmbito do Fórum da Associação Suíça de Comércio de Café em outubro de 2026.

47. O delegado do Brasil agradeceu à Diretora Executiva por seu relatório detalhado e abrangente e observou que o Brasil utilizava as estatísticas fornecidas pela Organização para várias de suas operações. Ele então sugeriu incluir visitas exploratórias ao Sudeste Asiático e à China no Programa de Atividades do próximo ano, dada a crescente demanda por café nessas regiões. Ele também expressou gratidão àqueles que haviam contribuído para a iniciativa do DIC e ressaltou a importância de sua aprovação, destacando a natureza global e essencial do café e elogiando os países que haviam se juntado ao Brasil no estabelecimento de sua observância.

48. O delegado da Costa do Marfim agradeceu à Secretaria por seu trabalho e parabenizou-a pelas iniciativas realizadas, destacando o apoio prestado aos países produtores e consumidores e expressando apreço à equipe por seus esforços dedicados no avanço das atividades da Organização.

49. A Diretora Executiva agradeceu aos delegados por suas palavras e expressou sua expectativa pelas celebrações do DIC em Montreux. Ela observou que os preparativos já estavam em andamento e que a Secretaria estava colaborando estreitamente com a

delegação suíça para garantir que as reuniões da OIC e outros eventos criassem alto engajamento. Em relação às visitas à Ásia, ela esclareceu que uma viagem à Tailândia estava planejada para maio, bem como uma ao Vietnã no final de 2026. Ela então observou que coordenaria possíveis visitas a outros países, incluindo as Filipinas, e visitas de volta à China, Índia e Indonésia, em colaboração com os Membros.

50. A delegada do México agradeceu à Organização por convocar a reunião e expressou apreço pela mensagem enviada ao México sobre a promulgação da lei de desenvolvimento do café do país, em vigor desde dezembro de 2025. Ela anunciou que um lançamento da política do café dentro desse âmbito estava planejado para junho de 2026 e convidou os Membros e a Secretaria a participar. Ela também se referiu à convocação de propostas lançada pela OIC e observou que o México havia apresentado um projeto solicitando apoio para disposições sobre preços de referência do café.

51. O delegado de Papua Nova Guiné observou que a União Europeia estava considerando simplificar a aplicação do EUDR e buscava contribuições de várias organizações e países. Ele perguntou se a OIC coordenaria entre os Membros para enviar sugestões ou fazer apresentações em seu nome.

52. A Chefe de Operações confirmou as informações e observou que o prazo para envios oficiais fora até o final de janeiro de 2026. Ela explicou que as propostas das partes interessadas contribuiriam ao “pacote de abril” e que a Secretaria permanecia em diálogo com a DG Meio Ambiente. Ela reconheceu que a coordenação sistemática entre os Membros ainda não havia ocorrido, mas sugeriu que uma proposta coordenada ainda poderia ser desenvolvida para fornecer orientação e uma estrutura inicial.

53. O delegado de Papua Nova Guiné reconheceu a oportunidade de contribuir e observou que o EUDR não abordava adequadamente a posição dos microprodutores. Ele observou que ainda não havia sido estabelecido nenhum esquema para abordar essa questão e indicou que Papua Nova Guiné pretendia apresentar recomendações.

54. O delegado da União Europeia observou que o prazo para envios havia expirado, mas expressou confiança de que as preocupações de Papua Nova Guiné tivessem sido abordadas por meio do amplo processo de consulta, que havia incluído outros países e o setor privado. Ele explicou que a Comissão era obrigada a apresentar um relatório aos

colegisladores - o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu - até 30 de abril de 2026. Ele também agradeceu à Secretaria por seu trabalho e observou que a UE continuava a fornecer apoio no contexto do GTT3 da FTPPC.

55. O delegado de Papua Nova Guiné agradeceu à União Europeia pela atualização e observou que, sem coordenação, era difícil ter certeza de que as preocupações dos pequenos produtores tivessem sido abordadas. Ele enfatizou sua preocupação contínua com a introdução do EUDR e observou que não havia visto propostas que garantissem que os pequenos produtores seriam totalmente protegidos e indicou sua intenção de abordar essa questão posteriormente.

56. O delegado da Costa do Marfim expressou sua satisfação por a OIC estar discutindo a legislação da UE. Ele observou que o delegado da União Europeia, como ele, também estava envolvido com o cacau e atuava como porta-voz dos países consumidores. Ele acrescentou que trocaria opiniões com ele e expressou apreço por a questão ter sido levantada no contexto do café.

57. A delegada da Suíça ecoou o delegado de Papua Nova Guiné e observou que a coordenação da OIC sobre o assunto também seria apreciada pelo setor privado suíço.

58. O Conselho tomou nota do relatório sobre o trabalho da OIC e a situação do mercado.
---

**Item 6: Parcerias**

**Item 6.1: Memorando OIC-FAO**

59. A Chefe de Operações apresentou o documento [WP-Council 355/26](#), que continha o projeto de Memorando de Entendimento (ME) entre a OIC e a FAO, e observou a colaboração de longa data entre as duas organizações. Ela lembrou que o ME anterior, aprovado em setembro de 2004, havia fornecido um amplo quadro de cooperação, e explicou que o ME atualizado, em desenvolvimento desde o final de 2024, refletia uma colaboração mais focada envolvendo várias divisões da FAO. Ela destacou que o ME cobriria áreas como transparência e sustentabilidade do mercado, questões relacionadas ao comércio, resiliência e adaptação e sustentabilidade dos agricultores familiares. Ela

esclareceu que todas as atividades no âmbito do ME seriam realizadas pela Secretaria sem o uso de consultores.

60. O delegado da Indonésia observou que seu país havia revisado o projeto de ME entre a OIC e a FAO e não tinha objeções a princípio, vendo-o como um passo estratégico para promover a sustentabilidade no setor cafeeiro. Ele solicitou esclarecimentos sobre o plano de trabalho no Anexo 1, observando que os resultados que a FAO esperava usar pareciam ser maiores do que os da OIC. Ele perguntou como os benefícios equitativos e a propriedade intelectual para dados desenvolvidos em conjunto seriam garantidos e enfatizou que a intenção da Indonésia era garantir uma parceria equilibrada e mutuamente favorável.

61. Em resposta à consulta da Indonésia, a Chefe de Operações observou que a colaboração aumentaria o impacto e a credibilidade da OIC. Ela explicou que a OIC seria claramente reconhecida por suas contribuições em publicações e atividades e que a propriedade intelectual permaneceria com o originador, com os dados da OIC processados e apropriadamente creditados. Ela concluiu que os acordos do ME garantiam o reconhecimento e a proteção das contribuições da OIC.

62. O Conselho aprovou o projeto de ME entre a OIC e a FAO, que será publicada como documento ICC-141-3<sup>2</sup>.

#### **Item 6.2: Memorando OIC-OIAC**

63. A Chefe de Operações apresentou o documento [WP-Council 356/26](#) e observou que a OIC e a Organização Interafricana do Café (OIAC) eram parceiras de longa data, com um objetivo comum de apoiar e desenvolver o setor cafeeiro na África. Ela explicou que o projeto de ME estabelecia uma estrutura de cooperação para melhorar a coleta e análise de dados, apoiar o cumprimento dos regulamentos globais, como o EUDR, promover a pesquisa sobre a produção de café resiliente ao clima, capacitar toda a cadeia de valor do café e fortalecer a cooperação institucional para integrar as prioridades africanas nas discussões globais. Ela enfatizou que o ME garantiria a continuação da

---

<sup>2</sup> De acordo com o Artigo 5 do ME, a OIC publicará o ME em seu site após sua entrada em vigor.

parceria, permitindo atividades direcionadas, e acrescentou que todo o trabalho seria realizado pela equipe da Secretaria da OIC sem a contratação de consultores externos.

64. O delegado da Indonésia observou que seu país havia revisado o projeto de ME entre a OIC e a OIAC e reconheceu seu potencial para beneficiar o setor cafeeiro africano. Ele enfatizou que os desafios exigiam parcerias fortes e que um setor cafeeiro africano mais robusto contribuiria para uma economia cafeeira global equilibrada e sustentável. Ele solicitou esclarecimentos à Secretaria sobre a urgência de concluir o acordo e os resultados imediatos esperados para os Membros.

65. A Chefe de Operações explicou que a cooperação entre a OIC e a OIAC ocorria há muitos anos, mas havia se intensificado recentemente, particularmente na área de coleta de dados estatísticos e engajamento com Membros africanos. Ela observou que a colaboração prática, incluindo oficinas como a realizada em Adis Abeba, Etiópia, havia destacado a necessidade mútua de uma coordenação mais estreita e melhor acesso aos dados. Ela enfatizou que a decisão de formalizar a parceria por meio de um ME havia resultado de um reconhecimento compartilhado da necessidade de estabelecer uma estrutura institucional clara, particularmente dada a crescente importância do compartilhamento de dados e considerações relacionadas à propriedade intelectual. Ela acrescentou que um acordo formalizado fortaleceria e profissionalizaria a cooperação, permitindo que a mesma fosse ainda mais apoiada por acordos específicos, conforme necessário.

66. O Conselho aprovou o projeto de ME entre a OIC e a OIAC, que será publicada como documento ICC-141-4.<sup>3</sup>

**Item 7: Relatório das reuniões dos comitês e outros órgãos**

**Item 7.1: Comitê Conjunto**

67. O Presidente do Comitê Conjunto, o Embaixador Aly Touré, da Costa do Marfim, apresentou relatório sobre a 6ª reunião do mesmo, realizada em 2 de março de 2026. Ele informou que uma versão alterada da ordem do dia havia sido aprovada, com o item 4

---

<sup>3</sup> A OIC publicará o ME em seu site após sua entrada em vigor.

original (“*Atualização da lista de países exportadores e seus códigos de país, agências certificadoras da OIC e portos de exportação registrados*”) adiado, para permitir tempo adicional aos Membros para enviar as informações necessárias. Ele também explicou que o Relatório da 5ª reunião (documento [JC-21/26](#)) havia sido aprovado e observou que os três relatórios estatísticos da oficina mencionados no mesmo haviam sido posteriormente distribuídos como documentos [JC-25/26](#), [JC-26/26](#) e [JC-27/26](#).

68. O Presidente do Comitê Conjunto observou que a Secretaria havia apresentado relatório sobre as atividades destinadas a fortalecer a função estatística da Organização e que os Membros haviam sido lembrados de que os dashboards estatísticos mensais estavam sendo divulgados para fornecer atualizações regulares do progresso. As três principais áreas de trabalho destacadas incluíram: (i) atividades de capacitação para os Membros, incluindo oficinas, reuniões de Comunidades de Prática e compromissos com pontos focais estatísticos nacionais; (ii) melhorias na disseminação e acessibilidade de estatísticas, incluindo um Relatório sobre o Mercado de Café mais acessível, publicação diária expandida do PIC-O e o lançamento planejado de um dashboard estatístico público e do Banco de Dados Estatísticos Mundiais sobre Café aprimorado; e (iii) os resultados da recente pesquisa de satisfação. O Presidente acrescentou que ainda era muito cedo para avaliar o impacto total dessas atividades, mas que haviam sido observados desenvolvimentos positivos. Ele também explicou que, após a apresentação, a delegação do Brasil havia enfatizado a importância de manter a total transparência e havia se referido ao formato de relatório mais detalhado estabelecido no documento [JC-02/24](#).

69. Com relação à apresentação e avaliação de iniciativas da OIC, o Presidente explicou que a Secretaria havia lembrado o Comitê Conjunto dos procedimentos aprovados estabelecidos no documento [JC-13/25 Rev. 2](#). Ele acrescentou que, em 2 de março, três Membros haviam apresentado propostas, que o Comitê Conjunto havia concordado em prorrogar o prazo de apresentação até 16 de março de 2026, que o uso do modelo original fornecido pela Secretaria era opcional e que os Membros mantinham plena autoridade de tomada de decisão.

70. O Presidente destacou que todas as iniciativas aprovadas seriam implementadas sem consultores externos e observou que o Comitê Conjunto havia concordado que a próxima reunião seria realizada em junho de 2026, quando todas as propostas teriam sido distribuídas e revisadas.

71. O Conselho tomou nota do relatório do Presidente do Comitê Conjunto.

**Item 7.2: Atualização sobre a apresentação e avaliação de propostas para iniciativas da OIC e sua inclusão no Programa de Atividades**

72. A Chefe de Operações observou que o prazo para a apresentação de propostas e iniciativas havia sido prorrogado e agradeceu às delegações pelos envios adicionais recebidos para o ano cafeeiro de 2026/27. Ela explicou que todas as propostas seriam traduzidas para as quatro línguas oficiais e distribuídas aos Membros, que teriam seis semanas para fornecer comentários e indicar prioridades. Ela acrescentou que essas contribuições seriam compiladas e compartilhadas com todos os Membros antes de serem revisadas pelo Comitê Conjunto em sua próxima reunião em junho ou início de julho e que, após a reunião, seriam feitas recomendações ao Conselho para consideração em setembro de 2026.

73. O Conselho tomou nota do relatório da Chefe de Operações.

**Item 8: Instalações**

74. O Presidente do Conselho apresentou o item das instalações e observou que era um tópico estratégico que vinha sendo discutido extensivamente em quase todas as sessões do Conselho desde que levantado pela primeira vez pelos Membros na 136<sup>a</sup> Sessão realizada em Bangalore, Índia.

75. Em benefício dos delegados que não estavam presentes em 2023, o Presidente lembrou que o tópico havia sido originalmente introduzido após o recebimento de uma carta do proprietário da sede da OIC, informando à Secretaria que a Organização precisaria desocupar o prédio na Gray's Inn Road em junho de 2025 devido a obras de renovação planejadas. Ele explicou que, na época, discussões urgentes sobre o assunto também haviam abordado maneiras de reduzir os custos da Organização, observando que as despesas com aluguel e pessoal haviam representado e continuavam representando a maior parte do Orçamento Administrativo.

76. O Presidente lembrou ainda que, na 136ª Sessão do Conselho, a [Resolução 483 do CIC](#) havia sido aprovada e que a Secretaria havia subseqüentemente fornecido informações relevantes sobre o tema das instalações aos Membros por meio do CFA e do Conselho, ao mesmo tempo em que continuava mantendo contato com o Governo do Reino Unido e o proprietário.

77. O Presidente observou que, em fevereiro de 2024, uma segunda carta do proprietário havia informado à Organização que poderia continuar alugando as instalações atuais e que, na 137ª Sessão do Conselho, realizada em março de 2024, os Membros haviam aprovado a proposta de estender o aluguel das instalações atuais em 222 Gray's Inn Road por quatro anos, de 2025 a 2029, com uma cláusula de rescisão após dois anos. Ele esclareceu que, caso a Organização desejasse encerrar o contrato em junho de 2027, conforme previsto pela cláusula rescisória, uma carta de aviso prévio precisaria ser enviada ao proprietário até dezembro de 2026, o mais tardar.

78. O Presidente então apresentou os quatro documentos de referência, observando que eles continham: uma manifestação de interesse apresentada pela Suíça para sediar a OIC em Genebra ([ED-2464/24 Rev. 2](#)); uma manifestação de interesse apresentada pela Itália para sediar a OIC em Roma ([ED-2455/24](#)); uma candidatura formal apresentada pela Itália para ser a sede da OIC em Roma ([ED-2498/26](#)); e uma proposta de El Salvador para criar um grupo de trabalho encarregado de discutir a questão das instalações ([ED-2503/26](#)).

79. O Presidente informou que, após discussões com um representante do governo italiano, a oferta da Itália para sediar a OIC em Roma estava sujeita a um cronograma, pois o layout do prédio precisava ser finalizado até o final do verão. O Presidente informou que a Itália havia indicado que o prédio oferecido para a sede da OIC poderia ser entregue a outra organização internacional se a OIC não estivesse interessada em se mudar.

80. O Presidente lembrou que a localização da sede da OIC havia sido especificada como Londres na maioria dos acordos desde 1964, tornando o assunto uma decisão do Conselho. Ele também observou que a Suíça havia enviado uma manifestação de interesse para ser a sede, que permanecia nessa fase. O Presidente enfatizou a

necessidade de o Conselho estabelecer um cronograma claro para discutir a questão e tomar uma decisão, esclarecendo que nenhum acordo sobre as propostas era esperado durante a 141ª Sessão.

81. A delegada da Suíça confirmou o interesse de seu país em sediar a OIC em Genebra, destacando o papel da cidade como um centro global de comércio de café e um centro de diálogo internacional e cooperação econômica. Ela observou que a Suíça estava comprometida com o preparo de uma proposta concreta ajustada às necessidades da Organização, ao mesmo tempo em que lamentava que certas preocupações processuais não haviam sido abordadas, apesar de terem sido levantadas anteriormente. Nesse sentido, ela apontou que o Conselho e a Secretaria deveriam dar tempo adequado para que os Membros considerassem tal questão estratégica e enfatizou que os procedimentos não poderiam ser acelerados em prol de um concorrente. Ela também observou que a Suíça havia repetidamente destacado a necessidade de um entendimento compartilhado de um cronograma aproximado e marcos importantes, e que a ausência de tal estrutura havia dificultado o planejamento. A delegada da Suíça solicitou um processo totalmente transparente para garantir condições equitativas para todos os Membros interessados em ser a sede, com as mesmas informações relevantes sendo compartilhadas simultaneamente com todos. Por fim, ela reiterou que qualquer decisão tinha que passar pelo processo regular de tomada de decisão do Conselho e alertou que a falta de transparência poderia minar a confiança na Organização e criar uma situação desafiadora.

82. O delegado da União Europeia agradeceu ao Presidente por fornecer um histórico detalhado das discussões e observou que as preocupações com a falta de transparência não refletiam a dimensão do diálogo aberto realizado desde a 136ª Sessão do Conselho realizada em Bangalore, na Índia. Ele lembrou que a possibilidade de considerar locais fora de Londres havia sido levantada por alguns Membros exportadores, particularmente devido aos altos custos associados à sede no Reino Unido. Ele também observou que os Membros haviam pedido repetidamente economias e se referido aos esforços de todo o sistema da ONU para reduzir custos, incluindo a realocação de funcionários de postos de trabalho de custo elevado, como Nova York. Ele continuou a delinear que a escolha do local deveria levar em conta não apenas os custos de aluguel, mas também os ajustamentos de posto no sistema da ONU, o que poderia adicionar aproximadamente 80% aos salários-base, e observou que locais alternativos poderiam oferecer estruturas de custos significativamente mais baixos. Finalmente, o delegado da União Europeia

saudou a proposta de El Salvador, reafirmou a importância da transparência e da abertura e observou que a Secretaria havia fornecido aos Membros informações e especificações relevantes.

83. O delegado do Brasil afirmou que a questão da sede era de grande importância estratégica para a Organização, indo além das preocupações administrativas e orçamentárias, e enfatizou que era uma questão política sobre a qual o Conselho deveria ter cautela. Ele observou que uma decisão não deveria ser tomada com pressa e enfatizou a necessidade da máxima transparência da Secretaria, bem como um processo a ser debatido e decidido pelos Estados-Membros, com prazos específicos e um cronograma claro, para que todos os países pudessem se sentir incluídos. Ele ecoou as declarações feitas pelo Presidente, observando que a primeira questão a ser abordada pelo Conselho era se a Organização deveria considerar uma mudança, e enfatizou que o Brasil via a permanência em Londres como a opção mais ideal, dado seu status como um centro de transporte global e sua infraestrutura urbana e comercial única para organizações internacionais. Ele enfatizou que nenhuma discussão sobre a mudança para fora do Reino Unido deveria ser iniciada até que todas as possibilidades de permanecer em Londres tivessem sido esgotadas. Ele também observou que a necessidade de desocupar as instalações atuais não era urgente, pois a Organização poderia permanecer em 222 Gray's Inn Road até pelo menos 2029, o que fornecia tempo suficiente para que os Membros considerassem a questão. Com base nos números disponíveis, ele observou que 15% do orçamento da Organização estava sendo gasto nas instalações, o que não era considerado irracional, dado o tamanho e a importância da Organização, enquanto os salários representavam cerca de 70%, sugerindo que havia maneiras de reduzir os custos sem envolver a realocação da sede. Por fim, o delegado do Brasil acolheu a sugestão de El Salvador de criar um grupo de trabalho e propôs que, alternativamente, as discussões também pudessem ocorrer dentro do CFA. Ele enfatizou que qualquer debate ou análise deveria aderir aos princípios de transparência, abertura e igualdade de oportunidades para todos os Membros e que o processo de tomada de decisão do Conselho deveria respeitar a independência e a autonomia da Organização.

84. A delegada da Colômbia solicitou esclarecimentos à Secretaria sobre o cronograma para a tomada de decisões sobre a sede da Organização. Ela enfatizou a necessidade de prazos claros, primeiro para decidir sobre deixar Londres e, segundo, para possivelmente selecionar um local alternativo. Ela expressou apoio à proposta de

El Salvador de criar um grupo de trabalho, observando que seria possível revisar as propostas existentes e abrir oportunidades para outros países interessados em sediar a Organização. Ela enfatizou que era necessário um processo de tomada de decisão claramente definido que considerasse fatores políticos, estratégicos e de austeridade para fins de transparência e solicitou à Secretaria que fornecesse um cronograma para o processo.

85. O Presidente do Conselho esclareceu que, à luz da proposta italiana, a OIC precisaria decidir até dezembro de 2026 se deixaria Londres e desocuparia as instalações atuais, com o próximo prazo relevante ocorrendo em 2029, antes da renovação do aluguel. Ele enfatizou que o cronograma ainda não havia sido formalmente definido e que a primeira decisão do Conselho era considerar a realocação da sede para fora de Londres. Se essa opção fosse considerada viável, o Conselho analisaria as ofertas e estabeleceria prazos para outros países ou Membros interessados em sediar a Organização.

86. O delegado da Indonésia tomou nota dos desdobramentos em relação à potencial realocação da sede da OIC e expressou apreço à Itália e à Suíça por seu interesse e compromisso com a OIC. Referindo-se a processos semelhantes realizados em outras organizações internacionais, ele enfatizou a necessidade de uma análise abrangente de prós e contras, que serviria de base para os Membros tomarem uma decisão informada sobre a realocação. Ele sugeriu que a Secretaria da OIC preparasse uma análise comparativa de Londres, Roma e Genebra como potenciais cidades-sede, para incluir, entre outros, uma avaliação detalhada das implicações financeiras e operacionais para a OIC, cobrindo áreas como custos de aluguel, salários e benefícios do pessoal sob as escalas aplicáveis do sistema comum das Nações Unidas, despesas operacionais e as vantagens estratégicas de cada cidade em termos de representação diplomática e coordenação com outras organizações internacionais. Ele também observou seu entendimento de que a Secretaria poderia realizar essa análise uma vez que a proposta formal da Suíça tivesse sido oficialmente recebida. O delegado da Indonésia também enfatizou a importância de estabelecer um procedimento e cronograma claros para garantir transparência e participação igualitária, particularmente se outros países desejassem apresentar suas candidaturas. Por fim, ele apoiou a proposta de El Salvador de estabelecer um grupo de trabalho aberto a todos os Membros interessados, vendo-o como um fórum construtivo e inclusivo para examinar o processo de realocação, garantir

transparência e desenvolver procedimentos e cronogramas claros, confirmando a prontidão da Indonésia em se envolver construtivamente.

87. O delegado de El Salvador expressou seu apreço à Itália por sua interessante proposta, observando a complexidade política e econômica do assunto em questão. Ele destacou o prazo para desocupar as atuais instalações da OIC até 2029 e enfatizou que, embora o tempo disponível pudesse parecer amplo, as decisões sobre a realocação de uma organização internacional eram pouco frequentes e desafiadoras. Ao expressar seu entendimento sobre a preferência do Brasil pela OIC permanecer no Reino Unido por razões práticas, ele reconheceu o interesse legítimo demonstrado por outros países, incluindo Itália e Suíça, em sediar a Secretaria. Ele enfatizou a necessidade de fornecer uma resposta à Itália sobre sua proposta e concordar com um caminho a seguir, incluindo a possibilidade de solicitar que o governo italiano concedesse uma prorrogação para além de junho, o que permitiria que propostas adicionais fossem consideradas. Embora reconhecendo que outros locais poderiam ser mais convenientes financeiramente, ele destacou o valor histórico e estratégico do local atual. Fazendo eco dos outros Membros, o delegado de El Salvador discordou da sugestão de que havia falta de transparência, mas enfatizou que o processo havia sido um pouco desorganizado. Por esse motivo, seu governo propôs a criação de um grupo de trabalho dedicado, aberto a todos os Países-Membros interessados, para focar no processo de realocação. Ele explicou que a primeira tarefa do grupo seria estabelecer um cronograma apropriado, seguido pela definição de especificações para as propostas e o processo para sua análise. Ele acrescentou que o grupo de trabalho apoiaria a Secretaria e o Conselho, garantindo uma abordagem prática, transparente e ordenada para avaliar as propostas, ao mesmo tempo em que levaria em consideração as dimensões política, econômica e social de qualquer decisão. Por fim, ele confirmou que El Salvador estava pronto para se envolver construtiva e prontamente no processo e enfatizou a importância de fornecer feedback ao governo italiano.

88. O delegado da UE-Itália lembrou que as discussões sobre o tema haviam começado em Bangalore, na Índia, e observou a necessidade de desocupar as atuais instalações da OIC até junho de 2029, ao mesmo tempo em que enfatizava que as decisões sobre a realocação eram raras e complexas. Ele se referiu à Iniciativa ONU80, destacando o potencial de economia de custos com a realocação de organizações da ONU, e enfatizou que o tempo era um fator financeiro crítico. Ele observou que os custos das instalações e os ajustamentos de posto representavam uma parte significativa das

despesas da OIC e enfatizou a diferença substancial entre Londres e Roma nesse respeito. Ele explicou que Roma havia apresentado uma proposta que oferecia instalações gratuitas e economias significativas em ajuste de posto de trabalho, o que poderia reduzir as despesas organizacionais em aproximadamente 30%. Ele acrescentou que Roma também oferecia economias potenciais adicionais, como acesso a salas para reuniões presenciais anuais, que ele considerava valiosas tanto para a eficiência de custos quanto para manter a interação direta. O delegado da UE-Itália tomou nota dos pontos levantados por El Salvador sobre a necessidade de um cronograma claro e um processo estruturado e concordou que seria necessário um prazo dedicado para permitir a devida consideração, reiterando as implicações financeiras do tempo extra. Ele observou que consultaria o governo italiano sobre a possibilidade de estender o atual prazo de junho para dar tempo suficiente para discussões construtivas. Por fim, ele enfatizou a importância de uma decisão oportuna, reiterando que a proposta oferecia benefícios financeiros que poderiam ser reinvestidos na Organização.

89. O Presidente do Conselho reconheceu os comentários feitos pelo Brasil, Colômbia e Indonésia e agradeceu ao delegado de El Salvador por tomar a iniciativa de apresentar uma proposta para o estabelecimento de um grupo de trabalho, observando que várias delegações já haviam expressado seu apoio. Ele também agradeceu ao delegado da UE-Itália por sua intervenção e expressou apreço por sua disposição de explorar a possibilidade de estender o prazo em questão. Ele observou que o prazo atual apresentava certos desafios e sublinhou a importância de permitir tempo suficiente para seguir o devido processo. Ele lembrou que, embora a Organização pudesse ser ágil, nem sempre poderia mover-se rapidamente, enfatizando a necessidade de uma abordagem medida e estruturada.

90. O delegado de Honduras lembrou que o tema em questão havia surgido originalmente em Bangalore a partir da necessidade urgente de abordar a incerteza em relação às instalações atuais da Organização e ecoou a visão de El Salvador de que as discussões sobre a realocação da sede da OIC haviam carecido de estrutura. Ele enfatizou que, embora várias opções tivessem sido exploradas desde 2023, incluindo propostas da Itália e da Suíça, o Conselho ainda não havia tomado uma decisão formal sobre a realocação da sede, dentro ou fora do Reino Unido, nem os Membros haviam buscado formalmente orientação de seus governos. Ele advertiu que as discussões sobre prazos, custos e locais alternativos estavam ocorrendo sem uma base legal ou processual clara

e sugeriu que o processo havia sido iniciado de maneira errada e havia avançado prematuramente. Nesse sentido, ele apoiou a proposta de El Salvador de estabelecer um grupo de trabalho dedicado para trazer ordem e clareza ao processo, definir o problema a ser abordado e delinear o quadro legal e processual apropriado, incluindo cronogramas, mas sem presumir que a Organização necessariamente se mudaria. Ao agradecer a seus colegas por todas as discussões certamente realizadas de boa-fé, ele enfatizou a importância de garantir a consulta completa e a participação informada de todos os Países-Membros antes de prosseguir.

91. O Presidente do Conselho agradeceu ao delegado de Honduras e concordou com sua análise, lembrando que a sede permaneceria em Londres, a menos que o Conselho decidisse de outra forma, conforme previsto no AIC, e observando que ainda não havia sido tomada qualquer decisão nesse sentido. Ele acrescentou que havia sido recebida uma proposta que exigia um reexame de toda a questão. Ele expressou concordância de que a solução do grupo de trabalho tinha um mérito considerável e enfatizou a importância de ouvir outras delegações antes de avançar.

92. Em resposta à questão levantada pelos delegados de Honduras e da UE-Itália sobre se o Reino Unido havia sido consultado sobre a questão das instalações, a Diretora Executiva informou aos Membros que uma consulta formal havia sido apresentada no início do processo em 2024. Embora o Governo do Reino Unido na época tivesse expressado satisfação com a presença da Organização no país, observou-se que nenhuma outra proposta havia sido apresentada. Ela observou ainda que, durante a última reunião do CFA em março de 2026, o delegado do Reino Unido havia transmitido o interesse do país em manter a sede da OIC no país, mas não havia apresentado uma oferta específica. Por fim, a Diretora Executiva observou que nenhum representante do Reino Unido estava presente durante a discussão do item das instalações e acrescentou que a Secretaria ainda não havia entrado em contato com o atual governo.

93. A delegada da Suíça observou que a transparência parecia ser uma preocupação compartilhada entre outros Membros e enfatizou a importância de definir marcos e alcançar um entendimento comum para evitar riscos relacionados a possíveis questões de governança. Ela também observou que, apesar dos repetidos pedidos da Suíça, nenhum prazo havia sido definido, inclusive para a apresentação de cartas de intenção, e enfatizou que, por uma questão de justiça, todos os possíveis candidatos, incluindo,

entre outros, a Itália e a Suíça, deveriam ter tempo suficiente para apresentar propostas concretas. Ela expressou apreço pela proposta apresentada por El Salvador e observou que, embora um grupo de trabalho temporário pudesse ser uma ferramenta útil, a Suíça preferiria abster-se de criar um até que os princípios fundamentais fossem esclarecidos no nível do Conselho. Ela enfatizou que o CFA já estava mandatado para lidar com questões dessa natureza e que um grupo de trabalho não poderia substituir as funções ou recomendações do CFA ou do Conselho. Ela também destacou o ônus que a criação de um novo órgão poderia representar para delegações com recursos limitados e afirmou que a Suíça não se oporia a um grupo de trabalho se surgisse um consenso claro, desde que o mesmo não substituísse nenhuma decisão ou função do Conselho. Sobre as questões financeiras, ela observou que era prematuro discutir os custos em detalhes, já que nenhuma oferta concreta ainda havia sido feita pela Suíça. Embora observando que havia espaço para otimização financeira, ela convidou os Membros a olhar para o quadro mais amplo e todas as sinergias financeiras potenciais, não apenas em relação aos salários dos funcionários da Secretaria, mas também em termos de custos arcados pelos Países-Membros para serem representados dentro da Organização.

94. O delegado da Costa do Marfim expressou alinhamento com a posição de Honduras e observou que, se houvesse Membros que acreditassem que a Organização deveria permanecer em Londres, a Secretaria precisaria tomar todas as medidas necessárias para coletar informações relevantes e retornar ao Conselho com informações completas. Ele enfatizou que a Diretora Executiva deveria fornecer as informações necessárias, mas que a decisão sobre a permanência ou a mudança seria tomada pelo Conselho. Ele destacou dois pontos importantes: (i) que a sede permaneceria em Londres, a menos que o Conselho decidisse de outra forma; e (ii) que, embora reconhecendo a proposta da Itália e felicitando aos países por seus interesses, a Costa do Marfim não poderia analisar qualquer proposta de outros Membros sem uma base legal para uma mudança. Ele concluiu que a discussão era prematura e que, para que fosse produtiva, era necessária uma decisão do Conselho.

95. O delegado do Brasil fez eco às declarações feitas pela Costa do Marfim e Honduras sobre a necessidade de trazer maior estrutura para a discussão. Ele observou ainda que o Brasil apoiava a criação de um grupo de trabalho para examinar a questão e sugeriu a consideração da presidência, enfatizando que o estabelecimento de tal grupo não implicaria uma decisão de mudar a Organização para fora de Londres, mas sim

fornecer um fórum dedicado para discutir o assunto de maneira estruturada, separada do CFA. Ele também solicitou que a Secretaria entrasse em contato novamente com o Governo do Reino Unido, levando em consideração as discussões realizadas e a Resolução 483 do CIC relevante, e informasse os Membros por escrito. Por fim, ele sugeriu que instalações alternativas em Londres também deveriam ser consideradas como uma opção e incluídas no relatório da Secretaria aos Membros.

96. O delegado de El Salvador enfatizou que a criação de um grupo de trabalho não afetaria ou se sobreporia à estrutura existente da Organização, ao mesmo tempo em que sublinhou que a proposta pretendia ser um mecanismo temporário para avançar no processo e que tais práticas existiam em outras organizações. Ele observou ainda que seria um grupo de trabalho aberto a todos que reportaria regularmente ao Conselho e ajudaria a fornecer as informações necessárias para a tomada de decisões informadas. Ele também enfatizou a importância de convidar o Reino Unido a se posicionar sobre o assunto e concordou com a União Europeia que o assunto não deveria ser abordado dentro do CFA, dada a sua carga de trabalho.

97. O delegado de Honduras esclareceu que o grupo de trabalho proposto não substituiria nenhum comitê existente ou o Conselho e enfatizou que isso não prejudicaria qualquer decisão sobre uma potencial realocação da Organização. Ele enfatizou a importância de definir claramente o escopo e o nome do grupo de trabalho para evitar qualquer implicação de que uma decisão de mudança já havia sido tomada, observando que tal grupo poderia ajudar a trazer maior organização ao processo e que qualquer decisão final seria tomada pelo Conselho. Ele sugeriu ainda que, se o grupo de trabalho fosse estabelecido, o Embaixador Francisco Mena Lima, de El Salvador, deveria atuar como seu Presidente e o Embaixador Aly Touré, da Costa do Marfim, como Vice-Presidente.

98. A delegada da Suíça concordou em aderir ao consenso sobre a criação do grupo de trabalho, mas solicitou garantias de que ele não substituiria a autoridade do Conselho e que as questões financeiras e administrativas, incluindo as instalações, continuariam a passar pelo CFA antes de chegar ao Conselho. Ela enfatizou que, embora o assunto também incluísse elementos políticos, os aspectos financeiros e administrativos permaneciam parte da competência do CFA e deveriam ser tratados de acordo. A delegada da Suíça também enfatizou a importância de definir um mandato claro para o

grupo de trabalho, incluindo a definição de procedimentos e prazos, e destacou a necessidade de considerar as limitações de tempo e recursos de certas delegações.

99. Em resposta ao comentário da Suíça, o Presidente esclareceu que o grupo de trabalho não seria estabelecido sob os auspícios do CFA, mas sob o Conselho. Ele observou que o grupo poderia fornecer relatórios provisórios ao CFA, inclusive sobre aspectos financeiros, mas que o relatório final e a decisão deveriam retornar ao Conselho, pois era uma decisão política.

100. O delegado de Honduras observou que o Conselho era o mais alto órgão de governo da Organização e tinha autoridade para criar qualquer grupo de trabalho independentemente dos comitês existentes. Ao reconhecer que o assunto envolvia considerações econômicas e políticas, ele expressou a opinião de que, se estabelecido, o grupo de trabalho teria autoridade para apresentar suas recomendações diretamente ao Conselho, independentemente de qualquer trabalho realizado pelo CFA. Ele enfatizou a importância de garantir que o nome do grupo de trabalho refletisse claramente seu mandato para evitar mal-entendidos. Ele concluiu sugerindo que a Diretora Executiva restabelecesse o contato com as autoridades do Governo do Reino Unido e ofereceu sua disponibilidade para facilitar o processo.

101. O delegado da União Europeia enfatizou que o grupo de trabalho deveria reportar-se diretamente ao Conselho e não ao CFA, dada a natureza política e sensível do assunto. Ele observou que envolver o CFA acrescentaria uma camada desnecessária, pois os mesmos Membros estavam representados em todos os níveis e isso poderia comprometer o papel neutro da UE como Presidente do CFA.

102. O delegado da Costa do Marfim destacou a importância de abordar as preocupações levantadas, particularmente as da Suíça em relação à transparência e à boa governança. Ele saudou a criação do grupo de trabalho, propondo que ele se concentrasse em fornecer informações sobre questões financeiras e administrativas ao CFA, que então apresentaria suas recomendações ao Conselho. Embora expressando uma preferência pelo grupo se reportar ao CFA em vez de diretamente ao Conselho, ele enfatizou que sua delegação apoiaria totalmente qualquer consenso alcançado.

103. A delegada da Colômbia concordou com Honduras sobre a importância de: (i) coletar todas as informações disponíveis; e (ii) as delegações consultarem suas capitais

para determinar suas posições nacionais. Ela instou a Secretaria e os Membros a evitar repetições e pediu uma decisão sobre o grupo de trabalho.

104. O delegado de El Salvador enfatizou que o assunto era político e deveria ser tratado pelo Conselho, enquanto o papel do CFA permanecia limitado aos aspectos financeiros e administrativos. Ele destacou que o grupo de trabalho proposto serviria para organizar a questão para o Conselho, sem substituir sua autoridade, e enfatizou que qualquer decisão sobre a localização da Organização dependia do Conselho. Ele também observou a importância mais ampla da discussão, incluindo a saúde econômica e financeira da Organização e o bem-estar dos cafeicultores e do setor cafeeiro, e, fazendo eco à Colômbia, ressaltou a necessidade de usar o tempo do Conselho de forma eficiente para avançar o assunto de forma construtiva.

105. O Presidente do Conselho agradeceu a todos os Membros por suas contribuições. Ao observar que havia sido alcançado um consenso para estabelecer o grupo de trabalho e ao reconhecer as preocupações com recursos e disponibilidade, ele enfatizou que o grupo deveria reunir-se o mais rápido possível. Ele esclareceu que a próxima sessão do Conselho estava marcada para setembro de 2026 e observou que os Membros precisariam considerar se era necessário abordar a questão antes disso.

106. O delegado de El Salvador agradeceu aos Membros pela confiança e confirmou sua disponibilidade para presidir o grupo de trabalho, bem como para convocar sua primeira reunião antes do final de abril de 2026. Ele explicou que esse tempo permitiria consultas com a Secretaria para obter uma compreensão mais clara do assunto, incluindo precedentes relevantes e informações básicas, permitindo assim que o grupo concordasse com um cronograma e um roteiro o mais rápido possível. Ele propôs realizar reuniões uma vez por mês, conforme necessário, até a próxima sessão do Conselho em setembro, e fornecer relatórios escritos aos Membros para garantir total transparência do processo. Ele também enfatizou a importância de receber o feedback da Itália sobre o prazo de junho e solicitou que a Secretaria entrasse em contato com representantes do Governo do Reino Unido novamente.

107. Os delegados da União Europeia e de Honduras parabenizaram o delegado de El Salvador por sua nomeação como Presidente do grupo de trabalho.

108. O delegado da Costa do Marfim ecoou a União Europeia e Honduras e confirmou sua disponibilidade para atuar como Vice-Presidente do grupo.

109. O delegado do Brasil apoiou a nomeação do Embaixador Lima de El Salvador e do Embaixador Touré da Costa do Marfim como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e confirmou a disponibilidade de seu país para participar das atividades do grupo de trabalho.

110. A Oficial de Secretaria e Relações Externas compartilhou o documento [WP-Council 357/26](#) na tela e leu os Termos de Referência (ToRs) do Grupo de Trabalho para Discussões relacionadas às Instalações da OIC (WGDP).

111. O Conselho aprovou o estabelecimento do Grupo de Trabalho para Discussões relacionadas às Instalações da OIC (WGDP) e seus Termos de Referência, posteriormente publicados como documento [ICC-141-5](#) e anexados a este documento.

112. O Conselho nomeou o Embaixador Francisco Lima, de El Salvador, e o Embaixador Aly Touré, da Costa do Marfim, como Presidente e Vice-Presidente do WGDP, respectivamente.

#### **Item 9: Cargo de Diretor(a) Executivo(a) – Mandato 2027-2032**

113. O Presidente do Conselho solicitou que a Diretora Executiva saísse da sala enquanto esse assunto estava sendo discutido. Ele lembrou que a atual Diretora Executiva havia sido eleita por consenso na 131ª Sessão Extraordinária do Conselho em fevereiro de 2022 (documento [ICC-131-4](#)), após sua indicação pelo Governo do Brasil, e havia assumido suas funções em maio de 2022. Ele observou que, na 66ª reunião do CFA, os Membros haviam sido informados de que seu mandato expiraria em abril de 2027 e que, portanto, era apropriado que o Conselho começasse a considerar os próximos passos na presente sessão. Ele explicou ainda que, em consulta com a Secretaria, ele havia revisado a documentação relevante sobre a nomeação de diretores executivos anteriores. Ao referir-se em especial ao Anexo I do documento [ICC-129-6](#), publicado em abril de 2021, destacou que o contrato da atual Diretora Executiva previa a possibilidade de renovação por um mandato adicional de cinco anos.

114. O Presidente do Conselho enfatizou que a Organização impunha demandas significativas à Diretora Executiva e exigia total comprometimento, profissionalismo e gestão eficaz, o que ela havia demonstrado consistentemente com dedicação. Ele enfatizou que, dadas essas demandas, o Conselho tinha não apenas uma responsabilidade, mas também um dever de cuidado com ela como um ativo fundamental da Organização. Como o mandato dela estava se aproximando do fim, ele sublinhou a importância de chegar a uma decisão o mais rápido possível, de preferência na presente sessão. Ele sugeriu que o Conselho poderia considerar a renovação de seu mandato por um período adicional de cinco anos, de acordo com seu contrato, e, embora reconhecendo possíveis considerações políticas, enfatizou a necessidade de enviar uma mensagem clara e positiva de apreço e confiança em sua liderança. Ele alertou que uma demora muito longa poderia enviar um sinal negativo e instou os Membros a levar em consideração as dimensões institucional e pessoal do assunto.

115. Ao saudar o fato de o Conselho estar abordando o fim do mandato de maneira aberta e transparente, o delegado da União Europeia indicou que não se encontrava, naquela fase, em condições de apoiar a renovação do mandato da atual Diretora Executiva. Ele ressaltou que não havia urgência, uma vez que o mandato expiraria no final de abril de 2027, o que dava tempo suficiente para uma análise cuidadosa. Ele reconheceu o desempenho da Diretora Executiva e enfatizou que suas observações não eram direcionadas contra ela pessoalmente. Ele destacou ainda a necessidade de examinar cuidadosamente as implicações financeiras do cargo, em particular sua classificação, observando que constituía um item orçamentário significativo. Ele observou que o atual nível de subsecretário-geral era comparável ao dos chefes de agências das Nações Unidas com grande equipe, como a UNIDO e o PNUD, e considerou que isso representava um compromisso substancial para a Organização, particularmente no contexto das discussões em andamento sobre custo-eficiência. Ele esclareceu que este assunto não era atribuível à atual Diretora Executiva, mas deveria ser considerado no contexto do próximo mandato.

116. O delegado do Brasil esclareceu que estava falando com base nas instruções recebidas de sua capital. Ele enfatizou que o Brasil considerava importante iniciar discussões sobre os parâmetros que orientariam o processo para reconduzir a atual Diretora Executiva da OIC ou selecionar um(a) novo(a). Ele lembrou que, na 66ª reunião

do CFA, a delegação brasileira havia destacado que o mandato da atual Diretora Executiva expiraria em pouco mais de um ano, tornando apropriado estabelecer diretrizes claras para o processo. Ele enfatizou que o Conselho deveria concordar com um cronograma de ações que permitisse tempo suficiente para que as delegações considerassem o processo, garantissem transparência e evitassem decisões de última hora ou precipitadas. Ele explicou ainda que o assunto estaria sujeito a consultas internas no Conselho Deliberativo da Política do Café do Brasil, que incluía representantes do governo e do setor privado, e que essas consultas ocorreriam uma vez que os parâmetros e o cronograma para discussão e tomada de decisões dentro da Organização tivessem sido definidos.

117. O delegado da Costa do Marfim expressou apreço pelo excelente trabalho da Diretora Executiva e explicou que sua visita a Abidjan havia proporcionado uma oportunidade valiosa para observar suas habilidades e contribuições para o setor cafeeiro. Ao referir-se aos comentários da União Europeia e do Brasil, e reconhecer seu papel como principais contribuintes para a Organização, ele observou que não havia visto um mandato para renovar automaticamente o mandato da Diretora Executiva e que tal renovação automática poderia ser processualmente difícil. Ele enfatizou que a Costa do Marfim estava satisfeita com o desempenho da Diretora Executiva, mas não poderia tomar uma posição sobre seu mandato até que o Brasil tivesse esclarecido sua posição. Ele sugeriu que a questão poderia ser confiada ao recém-criado Grupo de Trabalho para Discussões relacionadas às Instalações da OIC (WGDP). Ao confirmar a disponibilidade da Costa do Marfim de aderir a um consenso, ele enfatizou que a discussão deveria respeitar os poderes soberanos de tomada de decisão de todos os Estados-Membros e se concentrar em procedimentos adequados, em vez de apoio pessoal à Diretora Executiva.

118. O Presidente do Conselho explicou que sua proposta inicial se baseava em um precedente histórico, observando que, para vários diretores executivos anteriores, o Conselho tinha aprovado rotineiramente renovações automáticas até uma idade específica de aposentadoria, enquanto outros diretores executivos geralmente deixavam o cargo após um mandato, com exceção de Néstor Osorio, cujo mandato também havia sido renovado por cinco anos por decisão do Conselho. Ele enfatizou que o contrato da atual Diretora Executiva previa uma renovação de cinco anos se o Conselho assim decidisse. Ao falar a título pessoal como delegado de Papua Nova Guiné, ele expressou sua opinião de que uma renovação automática poderia fornecer continuidade e reduzir a

interrupção. No entanto, ele reconheceu as intervenções feitas por outras delegações e reconheceu a necessidade de um processo mais robusto que envolvesse consultas internas às capitais. Ele concluiu afirmando sua disponibilidade de seguir o processo concordado pelo Conselho.

119. O delegado do México enfatizou a necessidade de clareza processual em relação ao mandato da Diretora Executiva e sugeriu que o Presidente fornecesse um documento escrito descrevendo o assunto e as opções do Conselho para permitir que as delegações consultassem suas capitais. Ele observou que seria apropriado receber também uma carta formal da Diretora Executiva sobre sua disponibilidade para servir um segundo mandato, após a qual os Estados-Membros poderiam decidir se renovar seu mandato ou iniciar um novo processo de seleção. Por fim, ele enfatizou que essa abordagem garantiria transparência e forneceria às delegações uma orientação clara para a deliberação.

120. A delegada da Suíça fez eco aos posicionamentos do Brasil, Costa do Marfim, México e União Europeia e observou que, sem uma proposta escrita clara, ela não se encontrava em condições de tomar uma decisão naquele momento. Ela enfatizou que o assunto era importante e urgente, destacou a necessidade de avançar com o processo e sugeriu que, tratando-se de um tema que dizia respeito à liderança e aos recursos humanos, deveria ser priorizado pelo CFA. Ela enfatizou a importância de estabelecer um processo claro com marcos definidos e concordou com os colegas delegados que tanto as intenções da Diretora Executiva em relação a um possível segundo mandato quanto a posição do Brasil precisavam ser esclarecidos.

121. O delegado do Brasil reiterou que o processo deveria seguir a sequência adequada e não ser precipitado. Ele explicou que o Brasil precisaria primeiro de um cronograma claro e parâmetros definidos para iniciar o procedimento dentro da Organização, após o qual o país consultaria suas autoridades políticas do café para orientação.

122. O delegado de Honduras expressou seu apoio à Diretora Executiva e elogiou sua dedicação, responsabilidade e os resultados da Organização sob sua liderança. Ele lembrou sua participação como Presidente do Conselho no momento de sua eleição e observou seu envolvimento constante, o que havia contribuído para o aumento da visibilidade internacional da OIC. Ele enfatizou que qualquer decisão sobre sua reeleição não deveria ser tomada às pressas e enfatizou a importância de seguir os procedimentos

estabelecidos, como feito para nomeações anteriores, incluindo a atual Diretora Executiva, para que todos os Membros pudessem exercer sua tomada de decisão soberana.

123. Em resposta à pergunta dos delegados do México e da Suíça, o Presidente do Conselho informou aos Membros que a Diretora Executiva havia confirmado verbalmente sua disponibilidade para um segundo mandato. Em relação ao processo, ele esclareceu que não pretendia se desviar dos procedimentos estabelecidos. Ele observou que o contrato da Diretora Executiva permitia a renovação, mas reconhecia as sensibilidades da situação atual. Ele enfatizou a necessidade de um processo claro e destacou possíveis caminhos a seguir, incluindo encaminhar o assunto ao CFA, atribuí-lo a um grupo de trabalho ou conduzir consultas individuais com as delegações. Ele expressou sua disponibilidade para facilitar e colaborar e pediu aos Membros que indicassem qual abordagem eles consideravam melhor.

124. O delegado do Brasil propôs que o assunto fosse discutido dentro do CFA e observou que era um órgão estabelecido com o mandato apropriado para abordar tais questões e poderia fornecer uma estrutura adequada para o processo. Ele acrescentou que isso não impediria o Conselho de permitir consultas paralelas entre o Presidente e as delegações dos Membros e enfatizou que ambas as abordagens poderiam ser complementares e contribuir para um processo inclusivo e eficaz.

125. A delegada da Suíça apoiou a proposta do Brasil de abordar o assunto dentro do CFA e reconheceu que claramente se enquadrava em seu mandato. Ela reiterou que a criação de novos subgrupos poderia ser um desafio para algumas delegações, pois gerava carga de trabalho adicional de todos os lados e, portanto, ela expressava preferência por fazer uso da estrutura existente. Ela também observou que outra reunião do CFA era esperada no futuro próximo, o que poderia fornecer uma oportunidade adequada para levar o assunto adiante.

126. O delegado do México apoiou a proposta do Brasil e observou que a confirmação por escrito das intenções da Diretora Executiva permitiria que o CFA considerasse o assunto e apresentasse duas opções ao Conselho: renovar seu contrato ou iniciar um novo processo de seleção.

127. O delegado de Honduras fez eco às intervenções do México e da Suíça e endossou a proposta do Brasil. Ele observou que o Presidente do Conselho poderia realizar consultas e compartilhar seus resultados enquanto o CFA se concentrava no assunto. Ele acrescentou que os Membros precisariam de uma base para começar e sugeriu que a Diretora Executiva ou o Presidente indicassem a disponibilidade dela para continuar no cargo.

128. O delegado da União Europeia, na qualidade de Presidente do CFA, observou que não tinha certeza de que o CFA era o fórum apropriado para discutir o assunto, pois a Diretora Executiva não se reportava ao CFA, e sim ao Conselho, como única instância. Ele enfatizou que, como Subsecretário-Geral, a Diretora Executiva detinha um mandato altamente político nomeado pelos Estados-Membros e não dependia de comitês. Ele acrescentou que estava disposto a cumprir a decisão do Conselho e observou que, no passado, assuntos semelhantes não haviam sido abordados pelo CFA. Ele observou que havia tempo suficiente para esperar pela contribuição do Brasil antes de tomar novas medidas e fez eco às opiniões de outros de que não havia necessidade, naquela fase, de criar um novo comitê especial ou grupo de trabalho.

129. O delegado da Costa do Marfim observou que a proposta feita pela União Europeia era muito pertinente e enfatizou a necessidade do status do(a) Diretor(a) Executivo(a) ser formalmente reconhecido. Referindo-se à observação anterior do Presidente de que o assunto seria discutido em setembro, ele sugeriu que, com negociações eficazes entre março e setembro, uma decisão final poderia ser tomada naquele momento. Ele acrescentou que, nesse ínterim, todos os Membros precisariam estar preparados e cientes de que seria esperado que tomassem uma decisão em setembro de 2026. Por fim, ele observou que uma reunião especial do CFA ou mesmo uma Sessão do Conselho poderia ser convocada para discutir o assunto antes disso.

130. O delegado de El Salvador solicitou esclarecimentos sobre se um processo para abordar o assunto já estava estabelecido ou se um novo procedimento precisava ser criado. Ele também perguntou sobre o cronograma e os passos a serem seguidos, fazendo referência às observações anteriores do Brasil.

131. Em resposta a El Salvador, o Presidente do Conselho observou que os procedimentos para estender o mandato de um(a) Diretor(a) Executivo(a) tinham existido

no passado, mas tinham sido usados apenas em algumas ocasiões, em uma época em que as discussões eram realizadas no âmbito da antiga Junta Executiva e em que o Conselho aprovava as decisões finais. O Presidente acrescentou que, se os Membros estavam buscando um precedente, o CFA seria o órgão mais próximo à antiga Junta Executiva e também havia sido o fórum em que a extensão de outro Diretor Executivo havia sido discutida.

132. Em resposta a uma consulta da União Europeia, o Presidente do Conselho confirmou que uma sessão extraordinária do Conselho havia sido realizada em fevereiro de 2022 para a nomeação da atual Diretora Executiva.

133. O delegado da União Europeia sugeriu que era prematuro decidir sobre uma sessão extraordinária do Conselho. Ele observou que, embora a atual Diretora Executiva estivesse disponível para um mandato renovado, o governo brasileiro ainda estava consultando se deveria propor formalmente a renovação. Ele acrescentou que, como Presidente do CFA, revisaria o assunto na próxima reunião e determinaria o melhor caminho a seguir em relação a uma potencial sessão extraordinária do Conselho.

134. O delegado do Brasil concordou com a proposta da União Europeia, descrevendo-a como uma abordagem sensata. Ele observou que a delegação do Brasil não se opunha à ideia de uma sessão extraordinária do Conselho, mas lembrou aos Membros que o AIC 2007 exigia que pelo menos dez Membros convocassem formalmente tal sessão e que os procedimentos precisariam ser seguidos. Ele acrescentou que havia tempo suficiente para consultar as capitais e possivelmente realizar uma sessão extraordinária no final do ano ou provavelmente em algum momento após janeiro de 2027.

135. O delegado da Costa do Marfim observou que, ao contrário do que se presumia, a seleção de um(a) novo(a) Diretor(a) Executivo(a) era um processo complexo e demorado, com negociações que poderiam ser longas e árduas. Ele enfatizou a necessidade de considerar a disponibilidade do Presidente do CFA e sugeriu que o referido Comitê se reunisse o mais rápido possível, pois quanto mais cedo a reunião, melhor seria para o Conselho, a Diretora Executiva e a equipe. Com base em sua experiência com eleições e decisões semelhantes, ele acrescentou que os atrasos podiam criar estresse para a Secretaria e os Membros. Ele concluiu que, após a reunião do CFA, poderia ser decidido se uma sessão extraordinária do Conselho seria necessária antes de setembro.

136. O Presidente do Conselho concordou que a questão deveria ser delegada ao CFA, observou que continuaria as consultas com as delegações e assegurou aos Membros que todos seriam contatados. Ele observou que a discussão havia esclarecido a abordagem do Conselho e que o CFA informaria se uma sessão extraordinária do Conselho seria necessária, e que o procedimento estabelecido seria seguido, caso assim decidido. Ele concluiu enfatizando o dever do Conselho de informar a Diretora Executiva o mais rápido possível.

137. O Conselho mandatou o CFA a considerar o assunto do cargo de Diretor(a) Executivo(a), solicitando que ele se reunisse o mais rápido possível e apresentasse um relatório ao Conselho em setembro de 2026, salvo decisão contrária.

**Item 10: Titulares de cargos e comitês**

**Item 10.1: Presidente e Vice-Presidente e composição dos Comitês**

138. O delegado do Brasil, na qualidade de porta-voz dos Membros exportadores, indicou que a Indonésia havia manifestado interesse em se tornar membro do Comitê Conjunto e do CFA pelo resto do ano cafeeiro de 2025/26. Ele também observou que Honduras, conforme relatado pelo Presidente do Conselho, havia expressado o desejo de permanecer membro de ambos os comitês. Por fim, ele endossou a nomeação do Embaixador Aly Touré, da Costa do Marfim, para o cargo de Vice-Presidente do CFA.

139. O delegado da União Europeia, na qualidade de porta-voz dos Membros importadores, observou que não havia mais indicações do lado importador e que os cargos de Presidente e Vice-Presidente dos comitês já haviam sido preenchidos.

140. O Conselho aprovou a composição do Comitê Conjunto e do Comitê de Finanças e Administração para o ano cafeeiro de 2025/26 apresentada pelos Membros exportadores.

141. O Conselho aprovou a nomeação do Embaixador Aly Touré, da Costa do Marfim, como Vice-Presidente do CFA para o ano cafeeiro de 2025/26.

**Item 11: Credenciais**

142. A Chefe de Operações afirmou que as credenciais recebidas estavam em boa e devida forma.

143. O Conselho aprovou o relatório sobre as credenciais.

**Item 12: Reuniões futuras**

144. O Presidente do Conselho submeteu à consideração as seguintes datas provisórias para futuras reuniões, que também foram compartilhadas em tela:

- 142ª Sessão do Conselho: 27–30 de setembro de 2026, Geneva;
- 143ª Sessão do Conselho: semana de 22–26 de março de 2027, virtual; e
- 144ª Sessão do Conselho: de 27 de setembro a 1o de outubro de 2027, Bogotá.

145. A delegada da Suíça informou aos Membros que os preparativos para a 142ª Sessão do Conselho em Genebra estavam em andamento e observou que o Centro de Conferências Internacionais de Genebra havia sido selecionado como o local para o Conselho e reuniões relacionadas. Ela indicou que, sujeito a confirmação, uma cerimônia de abertura para 28 de setembro estava prevista, com reuniões agendadas até 30 de setembro, e que uma reserva provisória havia sido feita para as reuniões dos comitês a serem realizadas em 27 de setembro, se necessário. Ela expressou apreço pela cooperação da Secretaria e observou que os preparativos estavam em andamento, incluindo uma recepção oficial e painéis de discussão ao mesmo tempo em que destacou o poder de convocação de Genebra e expressou esperança de ampla participação do governo, setor privado e partes interessadas não governamentais. Ela lembrou ainda a intenção de celebrar o primeiro DIC oficial da ONU durante a sessão e informou aos Membros que o CIC seria realizado em conjunto com o Fórum e Jantar da Associação Suíça de Comércio de Café (SCTA), a ser realizado em Montreux, o que proporcionaria oportunidades de sinergias entre delegados e representantes do setor privado. Ela

acrescentou que a SCTA estava em contato constante com a Secretaria para facilitar a participação dos Membros da OIC.

146. O Presidente do Conselho agradeceu à delegada da Suíça e observou que os preparativos pareciam estar bem avançados, com um programa interessante delineado. Ele expressou confiança de que os delegados estariam ansiosos para participar da sessão em Genebra.

147. O delegado da Costa do Marfim agradeceu à Suíça por sediar a próxima sessão do Conselho e confirmou a disponibilidade de sua delegação para apoiar sua organização bem-sucedida. Ele também elogiou o Presidente do Conselho por sua liderança e transmitiu seu apreço à Diretora Executiva, observando que muitos Membros consideravam que ela havia desempenhado suas funções de forma eficaz.

148. Os delegados do Brasil e de Honduras fizeram eco à intervenção da Costa do Marfim, agradecendo aos governos da Suíça e da Colômbia por seus convites para sediar as próximas sessões do Conselho. Eles também parabenizaram o Presidente do Conselho por sua liderança e expressaram seu apreço por seu trabalho.

149. O Conselho tomou nota das datas e locais para futuras reuniões.
--

### **Item 13: Outros assuntos**

150. Nenhum outro assunto foi discutido.

### **Cerimônia de encerramento**

151. O Presidente do Conselho agradeceu aos Membros pela presença, bem como à Diretora Executiva e à Secretaria, pela organização da Sessão. Ele então encerrou a 141ª Sessão do Conselho Internacional do Café.



**ORGANIZAÇÃO  
INTERNACIONAL  
DO CAFÉ**

**ICC 141-5**

9 abril 2026  
Original: inglês

**P**

Conselho Internacional do Café  
141ª sessão  
Sessão virtual  
25 e 26 março 2026  
Londres, Reino Unido

**Termos de Referência (TdR) do  
Grupo de Trabalho para Discussões  
relacionadas às Instalações da  
OIC (WGDP)**

1. O Conselho Internacional do Café (o Conselho), considerando a proposta apresentada pelo Governo de El Salvador ([ED-2503/26](#)), decide estabelecer um grupo de trabalho mandatado para realizar discussões sobre a questão das instalações da OIC.
2. O grupo de trabalho deverá estabelecer um processo de planejamento que garanta a transparência, aumente a eficiência e facilite a tomada de decisões dos Membros sobre as implicações políticas e financeiras da localização da sede da OIC.
3. O nome do grupo será “Grupo de Trabalho para Discussões relacionadas às Instalações da OIC (WGDP)”.
4. O Conselho nomeou um Presidente e um Vice-Presidente do WGDP que permanecerão no cargo até que o Conselho decida de outra forma.
5. O WGDP deverá reportar-se ao Conselho e apresentar relatórios intermédios ao Comitê de Finanças e Administração (CFA) entre as sessões do Conselho.
6. O WGDP deverá estar aberto a todos os Membros.
7. O WGDP deverá apresentar suas recomendações ao Conselho para aprovação.
8. O WGDP deverá reunir-se online ou presencialmente, nos locais mais convenientes para seus membros.
9. A língua de trabalho do WGDP deverá ser o inglês.